



Anais da Assembléia

N. 132

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Quiêlse Crisóstomo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Expediente:

Ofícios:

Sob os ns. DTL/102, 104, 112, 113 e 114/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n. 275 e 244/84, 211, 212 e 65/85, os quais convertidos em lei tomaram os números 8.159, 8.161, 8.169, 8.170 e 8.171, respectivamente. **Anote-se - Arquive-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que seja colocado em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n. 114/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 108/85) - Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Laranjeiras do Sul, os lotes de terreno que especifica, doados ao Estado pelo referido Município, conforme Transcrição n. 5.596, do Livro 3-H, do Cartório de Registro da Comarca de Laranjeiras do Sul, e que já tem Parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o projeto de Resolução n. 153/85, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar à sua população visando a criação do Município de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na ORDEM DO DIA dos Projetos de Lei n.:

38/83 - que autoriza o Poder Executivo criar a 20.ª Subdivisão Policial com sede no Município de Nova Esperança.

40/85 - que dá nova redação ao Art. 15 da Lei n. 4.617, de 16/07/62, conforme especifica. (Orçamento do Estado consignará anualmente, importância nunca inferior a um mínimo de 1% de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor).

104/85 - que fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a alíquota de 17% para 14% de ICM incidente sobre produtos e mercadorias expostos em feiras ou exposições feirass.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na ORDEM DO DIA dos Projetos de Resolução n.º:

125/85 - (Mensagem n. 159/85 - Ex-Proposição n. 139/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Protocolo de cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, com interveniência das Secretarias da Indústria e do Comércio, objetivando Cooperação Técnica entre os signatários com vistas à execução de um Programa de Implantação de Microdestilarias de Alcool no Estado do Mato Grosso do Sul.

126/85 - (Mensagem n. 161/85 - Ex-Proposição n. 141/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, objetivando Cooperação Técnica e Financeira com vistas à execução do Programa de Microdestilarias de Alcool.

127/85 - (Mensagem n. 164/85 - Ex-Proposição 144/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, nas datas e com os objetivos que especifica.

128/85 - (Mensagem n. 165/85 - Ex-Proposição m. 145/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da secretaria da Indústria e do Comércio, o Município de Telêmaco Borba e a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A., com objetivos que especifica.

129/85 - (Mensagem n. 168/85 - Ex-Proposição n. 148/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando construção de prédios destinados a abrigar unidades da

Curitiba, terça, em 26.11.85

Polícia Militar nos Municípios de Marilândia do Sul, Guaraniaçu e Jaguariava.

130/85 - (Mensagem n. 160/85 - Ex-Proposição, n. 140/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 13/03/85, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnico-financeira com vistas à dar continuidade na execução do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba".

134/85 - (Mensagem n. 163/85 - Ex-Proposição n. 143/85, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes e datas que especifica, visando execução do Projeto "Pesquisa e Cadastramento Industrial para elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses".

135/85 - (Mensagem n. 166/85 - Ex-Proposição n. 146/85, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, com interveniência do DER, visando a execução de obras integrantes do Projeto "PROSAFRAS".

136/85 - (Mensagem n. 169/85 - Ex-Proposição n. 149/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Empresa de Obras Públicas do Paraná EMOPAR, com as partes, datas e objetivos que especifica.

137/85 (Mensagem n. 172/85 - Ex-Proposição n. 152/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o INCRA, objetivando ação coordenada entre o INCRA e o Estado para execução de ações fundiárias, compreendendo as atividades de assentamento de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) famílias de agricultores no Município de Manguaçu.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

REQUERIMENTO

(a) ANÍBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada por duas (02) sessões do Projeto de Lei n. 261/84.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de acordo com o Regimento Interno Art. 106, a inclusão, na pauta dos trabalhos Legislativos da Casa, do Projeto de Lei n. 195/85, aprovado em Regime de Urgência na Sessão de 07.11.85

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora MARIA GENEBRA POSSAGNOLLO GUIDOLIN, Microbiologista e Diretora de vários Estabelecimentos de Ensino de Curitiba, ocorrido nesta Capital.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo passamento da Sra. LYDIA HENEGERG FANCHIN, viúva do Sr. Angelo Fanchin, ocorrido em data de 25 do mês em curso, deixando os seguintes filhos: Vereador Dalnei Gilbert Fanchin, casado com a Sra. Zeni Terezinha Fanchin, e Dilson Fanchin, solteiro, Deputado Federal.

O passamento da Sra. Lydia Heneberg Fanchin, veio sensibilizar de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Da decisão do Plenário, REQUER, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: R. Rio de Janeiro, 865 - Ponta Grossa PR.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) ODENI MONGUREL

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO ORTIZ, ocorrido dia 18 do mês em curso, na cidade de Guairacá, onde era Vereador. Requer, outrossim, que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

ANTÔNIO ORTIZ era membro de família tradicional e pioneira no Município de Guairacá, a cujo desenvolvimento estava perfeitamente integrado.

Por duas legislaturas consecutivas, vinha desempenhando o mandato de Vereador. Sempre com dedicação à causa pública e extremado empenho em servir à coletividade, o extinto jamais se omitiu, procurando, por todos os meios a seu alcance, defender na Câmara Municipal os interesses do Município.

Como agricultor, era também um trabalhador, enfrentando com denodo e espírito de luta todas as vicissitudes que a atividade impõe, sem qualquer esmorecimento.

Por tudo isso, o súbito desaparecimento de ANTÔNIO ORTIZ, vítima de fulminante descarga elétrica que lhe ceifou a vida, deixou em seus familiares, amigos, correligionários e mesmo em todo o povo de Guairacá, um profundo sentimento de vazio e de saudade.

Essa é a razão da homenagem que ora queremos prestar à sua memória.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora TEREZA HELLVIG, ocorrido no último dia 17, em Curitiba.

A extinta era muito estimada por todos aqueles que tiveram o privilégio da sua convivência ao longo de sua vida.

Sua morte causou muita tristeza e dor, pois sua vida foi sempre dedicada a fazer o bem e a servir o próximo.

Era mãe de Leony, Nair, Maria de Lourdes, Dinorah, Alceu, Anna, Joel e Edith.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através da Professora Leony, Diretora da Escola Estadual Osvaldo Cruz, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. PAULO ANTONIO DE GODOY, ocorrido em Dois Vizinhos no dia 19.11.85.

Requer, ainda, seja enviada cópia aos familiares na Rua Comércio, 988, em Dois Vizinhos - PR.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e de tradicional família que orgulha Dois Vizinhos em virtude dos relevantes serviços prestados àquele município.

Paulo Antonio formou-se bacharel em Direito em 1981, Faculdade Franciscanas da Faculdade de Direito de Bragança Paulista.

Na sua vida profissional exerceu diversas atividades, dentre elas: de radialista em Cruzeiro do Oeste, seguiu para São Manuel, onde foi secretário do Padre José na Paróquia daquela cidade, vindo então a residir em Curitiba onde trabalhou na Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Em Porto Mendes, foi Oficial do Registro - Civil e Tabelião, sendo então designado para titular do Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos de Títulos de Dois Vizinhos onde passou a residir.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE CONGRATULAÇÕES pelo 5º aniversário da Rádio "Lagoa Dourada" em Ponta Grossa.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Direção da referida Rádio à Rua Sant'Ana, 567 em Ponta Grossa. Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Rádio "Lagoa Dourada" - FM Estéreo, datada de modernos equipamentos para sua sintonia perfeita, se deve ao mais avançado equipamento técnico, ocupando o 1º lugar no IBOPE em FM, na região dos Campos Gerais.

Operando em 97,3 mhz, leva sua mensagem com uma programação jovem, bastante moderna e autêntica, a duas milhões de pessoas aproximadamente, no Paraná e no

Estado de Santa Catarina.

Respalhada por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, a Rádio "Lagoa Dourada" - FM, merece este registro, com as homenagens aos seus Diretores Proprietários, Srs. IRUMURA HILGEMBERG PRES- TES MATTAR, MANOEL OSÓRIO TAQUES, aos radialistas e demais funcionários que, juntos, têm construído a grandeza daquela emissora e, no dia-a-dia, prestam relevantes serviços à comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, Votos de Congratulações a Engenheiro Beltrão pelos seus 30 anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Anésio Rosa; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal Luiz Viana Pereira e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

A raixa de terras a nordeste de Campo Mourão e a leste de Peabiru, compreendida entre os Rios Ivaí e Mourão, pertencia à Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Limitada, cuja empresa no final da década de 40 já demonstrava grande interesse pela região.

No ano de 1949 uma série de planificações e idéias eram finalmente concretizadas, pois a referida organização fundava, no eixo rodoviário que liga Campo Mourão a Maringá, um povoado, que, ainda na mesma oportunidade, numa justa homenagem ao diretor daquela firma, recebera o nome de Engenheiro Beltrão.

Através de um planejamento conseqüente, gradativamente era alicerçadas as primeiras bases daquela coletividade. Assim, foram chegando os primeiros moradores. Famílias pioneiras que, deslumbradas com o vigor vegetativo das plantas, fruto do solo fértil, enfrentaram e venceram as dificuldades, transformando muito rapidamente o povoado numa próspera sociedade, que se destacava pela sua produção agrícola, principalmente no cultivo de café e cereais, cabendo aqui destacar os primeiros colonizadores: Joaquim Viana Pereira, Manoel Andrade, João Xavier Padilha (mais conhecido por Coronel Padilha, que veio juntamente com vários filhos e irmãos).

O trabalho incansável e sério de sua gente só poderia, face ao progresso, resultar na elevação em categoria de Distrito Administrativo e Judiciário, através da Lei n. 613, de 27 de janeiro de 1951.

Outra data histórica, e mais impor-

tante, foi a de 26 de novembro de 1954, oportunidade que Engenheiro Beltrão transformava-se em município, desmembrando-se de Peabiru. No ano seguinte, 1955, ano aliás que se comemora o aniversário, só que no mês de novembro, ocorriam as primeiras eleições que, além dos Vereadores, escolhia como primeiro Prefeito o Excelentíssimo Senhor Joaquim Antônio Bueno.

Ao completar sua terceira década de existência como município, não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de requerer a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, votos de congratulações a esta pujante cidade, que graças ao trabalho e à dedicação dos seus moradores, tem feito de Engenheiro Beltrão, um dos municípios de maior destaque do interior paranaense.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER,, após anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de aplauso e reconhecimento ao casal Maria Margarida de Souza Góis e João Fernando Góis, pelo extraordinário trabalho que vem sendo realizado pelo Conselho Londrinense de Assistência à Mulher - CLAM, com sede em Londrina.

O CLAM, dotado dos mais modernos e avançados equipamentos médicos, com uma brilhante equipe de médicos, enfermeiros e funcionários, tem prestado grande serviço filantrópico, sem nenhum fim lucrativo, no atendimento a milhares de mulheres, desde consulta até internação, inclusive na prevenção contra o câncer de colo de útero e da mama.

Muitas já foram salvas graças ao eficiente atendimento prestado pelo CLAM desde 1969, a mais de 500 mil mulheres. Possui um laboratório completo para atendimento aos doentes de ambos os sexos.

O CLAM desenvolve, também, planejamento familiar orientando, através de uma campanha educativa que objetiva atingir todas as camadas da população em mais de 130 municípios paranaenses. Todos são atendidos com amor e respeito, independentemente do nível social.

Que a homenagem desta Casa seja comunicada ao doutor João Fernando Góis, à Rua Alagoas, 1315, em Londrina.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expe-

diente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contendo apelo para que os níveis de vencimento do funcionalismo estadual a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1986 sejam reajustados em 120%.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O Governo José Richa comprometeu-se a efetuar a reposição salarial do funcionalismo estadual, cujos vencimentos no início do atual período administrativo estavam defasados em 20%.

Essa reposição, contudo, até a presente data não foi feita. Ao contrário ela foi aprofundada, tendo em vista alguns reajustes semestrais terem sido feitos em índices inferiores aos do INPC. Com efeito, ao longo dos cinco últimos reajustes semestrais, a defasagem elevou-se para em média 30%, considerando-se que em julho último a média do reajuste foi de 95%.

Esses seis meses que decorrem entre o reajuste de julho e o de janeiro próximo apresentam altas percentuais de elevação do INPC, registrando-se inclusive o recorde de agosto, com 14%, e uma elevação média mensal em torno dos 10%.

Para que o funcionário realmente tenha restituído o seu valor de compra a nível do início do atual Governo sua remuneração mensal deverá ser reajustada em pelo menos 120%. Do contrário a administração pública estadual estará impondo uma injusta penalização a todos aqueles que prestam seus relevantes serviços.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Data Vênia após ouvir o Douto Plenário, seja encaminhado um ofício à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando em regime de urgência uma viatura policial com xadrez, para dar atendimento à população residente no Município de Inácio Martins. Os motivos desta petição se baseiam no fato de que a viatura que atualmente está à disposição daquela Delegacia, além de ser incompatível com a região, está em estado deplorável e sem nenhuma condição de uso. Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Delegado Bel. Ronaldo Chemin, titular da Delegacia de Polícia de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

encaminhado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a instalação de uma Escola de Ensino de 1.º Grau, no Jardim Los Angeles, e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Jardim Los Angeles é um conjunto habitacional de Ponta Grossa, distante do centro, bastante povoado, com aproximadamente 500 crianças em idade escolar.

Não possui ainda uma Escola de Ensino de 1.º Grau, tornando dessa forma, difícil o acesso das referidas crianças aos bancos escolares, obrigando-as a se deslocar para estabelecimentos mais distantes.

Considerando o elevado espírito comunitário da reivindicação em tela, solicitamos sua urgente aprovação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência, encarecendo a construção de um hospital na Municipalidade de Campo Mourão.

De acordo com dados do Censo realizado em 1980, somente no perímetro urbano de Campo Mourão estão concentradas quase 50 mil pessoas; e 26 mil na zona rural. Com mais de 74 mil habitantes, dos quais a maioria trabalhando no comércio, na indústria e na agricultura, os trabalhadores de Campo Mourão, principalmente os da classe médico-hospitalar por parte da Previdência, de uma instituição que possa atendê-los à altura de suas reais necessidades.

Diante de tal problema, o assunto inclusive já foi discutido na Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, conforme ofício neste sentido do Excelentíssimo Senhor Presidente, Itamar Agostinho Tagliari, oportunidade que foi apresentada como proposta a construção de um hospital.

Ademais, além de beneficiar Campo Mourão, quando construído, o hospital atenderá a toda a região, composta por mais de 19 cidades, trazendo grandes vantagens para a saúde dos previdenciários.

Diante dos motivos aqui apresentados, é de se esperar que esse Ministério promova estudos neste sentido a fim de viabilizar a construção do referido hospital, uma proposta que, fora de qualquer dúvida, é inteiramente justa e oportuna.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do INAMPS do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência, no intuito de que seja estudada a real possibilidade de implantar, na Municipalidade de Moreira Sales, uma agência desse instituto.

Em recente reunião da Câmara Municipal de Vereadores de Moreira Sales, dentre outros expedientes apresentados por aquela Edilidade, destacou-se o que foi encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Adalberto Pronsati. Trata-se a respeito da criação e instalação de uma agência do INAMPS naquele município. A justificativa do nobre Vereador é no sentido de criar facilidades no atendimento, bem como para aquisição de carteiras e outros documentos, por parte dos previdenciários.

Sem nenhuma dúvida, a implantação de uma agência do referido órgão, vem de encontro aos verdadeiros desejos daquela comunidade, conforme aponta aquele integrante do Poder Legislativo local.

Deste modo, espera-se a adoção de medidas condizentes com a presente solicitação, concretizando uma importante medida para Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Responsável do DSTC - Departamento de Serviços e Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a fixação de novos pontos para embarque de passageiros às margens da Rodovia 317, no trecho entre as Municipalidades de Engenheiro Beltrão e Peabiru.

Tendo em vista a existência de diversos núcleos habitacionais ao longo da Rodovia 317, trecho Engenheiro Beltrão - Peabiru, é muito expressivo o número de pessoas que, residindo na região necessita de transporte coletivo, principalmente o inter-municipal.

Em razão disto, é de fundamental importância criar novos locais de embarque, uma vez que os pontos atualmente existentes não são suficientes. Ademais, conforme destaca solicitação neste sentido do Excelentíssimo Senhor Zegmundo Mroczek, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Peabiru, dentre os vários transtornos, é na região do Distrito Administrativo de Sertãozinho (Município de Engenheiro Bel-

trão), local onde a população lá residente tem feito as maiores reclamações, pois, conforme denúncias, os ônibus não param para embarque.

Assim sendo, face os motivos expostos aguarda-se dessa Pasta um pronunciamento favorável sobre o assunto em questão, visando trazer mais segurança e comodidade aos habitantes da referida região.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido do asfaltamento da estrada que serve de ligação às Municipalidades de Goioerê e Boa Esperança.

Não há dúvidas de que, Goioerê e Boa Esperança, representam consideradas parcelas no desenvolvimento regional, tendo na agricultura e na pecuária, os fatores que mais propiciam divisas para aquelas duas cidades. Assim, diante de tais realidades econômicas, o transporte rodoviário significa aspecto indispensável no escoamento da produção.

Deste modo, procurando fundamentalmente ampliar as condições de locomoção na região, faz-se necessário que essa Secretaria de Estado dos transportes estude a viabilidade do asfaltamento entre as cidades de Goioerê e Boa Esperança.

Ademais, vale ressaltar que a presente solicitação pautou-se em manifestação formal da Câmara Municipal de Goioerê, através dos Excelentíssimos Senhores Valdinei José Peloi e Antônio Bernardino Sena Neto.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, solicitando providências para a pavimentação da estrada que liga Dois Vizinhos a Nova Prata, passando por Boa Esperança.

REQUER, ainda, envio de expediente aos Senhores Prefeitos e Vereadores de Dois Vizinhos e Nova Prata, respectivamente.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Dois Vizinhos a Nova Prata, passando por Boa Esperança, não possuem ligação asfáltica e enfrenta enor-

mes dificuldades no escoamento da sua abundante produção agrícola, onde predomina o pequeno lavrador.

Trata-se de uma antiga e por demais justa reivindicação do laborioso povo que reside naquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação da estrada que liga Pato Bragado a Marechal Cândido Rondon.

Outrossim, REQUER, envio de cópia do presente requerimento ao Prefeito e Vereadores de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O trecho que liga o Distrito de Pato Bragado a Marechal Cândido Rondon não possui ligação asfáltica.

Pato Bragado é berço de significativa produção agrícola onde predomina o pequeno lavrador que enfrenta constantes dificuldades de locomoção e escoamento de suas safras.

Mister o atendimento da justa e antiga reivindicação do povo laborioso que habita naquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente a RADIOPAR, solicitando revisão e melhorias dos equipamentos geradores de imagens de TV na cidade de Dois Vizinhos.

Requer, ainda, seja enviada cópia do presente expediente ao Prefeito, Vereadores e Rádio Educadora de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Tem sido de má qualidade os sinais de televisão captados pelos aparelhos de TV instalados em residências e escritórios na localidade de Dois Vizinhos e a população reclama com inteira justiça providências.

Nosso expediente objetiva alcançar a solução para tão preocupante problema que gera desconforto à sociedade de Dois Vizinhos e região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de

expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Deny Schwartz, solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os Municípios de Quedas do Iguaçu e Dois Vizinhos na PR 473.

Requer ainda, seja expedida cópia do presente aos Senhores Vereadores dos Municípios de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A solução desta obra é uma reivindicação da laboriosa população do Sudoeste do nosso Estado do Paraná inteiro.

Os usuários dos meios de transporte rodoviário de Dois Vizinhos e Quedas do Iguaçu especialmente são obrigados a percorrer distâncias de 50 Km para se deslocarem em suas viagens de negócios ou passeio. Resulta das dificuldades geradas, perda de tempo, maiores gastos, e prejuízos para a própria sociedade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretário dos Transportes, e Diretor Geral do DER, solicitando-lhes seja colocada uma linha de Ônibus no trajeto Ponta Grossa - Amparo - Tibagi - Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Os moradores de Amparo e Tibagi sentem a necessidade premente de que a linha de Ônibus de Expresso Princesa dos Campos, que faz o trajeto Ponta Grossa - Telêmaco Borba apanhe passageiros naqueles municípios.

Ainda que mantenha uma linha direta, nada impede que a empresa responsável pelo transporte coletivo interurbano acate a sugestão oferecida pelo nobre Vereador João Mendes do Amaral e passe a oferecer melhores condições à clientela de Amparo e Tibagi, e seus deslocamentos, tanto no sentido de Telêmaco Borba quanto de Ponta Grossa.

Segundo temos notícia, o número de usuários do transporte coletivo é suficiente para proporcionar uma demanda satisfatória à empresa concessionária dos serviços naquela região, com saídas de Ponta Grossa às 7:30 hs.; Amparo às 9:00 hs.; Tibagi às 11:30 hs.; chegando a Telêmaco Borba às 12:40 hs., com retorno por volta das 15:30 hs., obedecendo o trajeto inverso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER,, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Digníssimo Secretário da Administração, sugerindo-lhes seja unificado o valor do salário-família pago aos servidores públicos.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem tomado várias providências no sentido de procurar dar igual tratamento aos servidores Celetistas e Estatutários.

Entretanto, a parcela referente ao salário-família vem sendo paga, respectivamente, nos valores de Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros) e Cr\$ 11.284 (onze mil duzentos e oitenta e quatro cruzeiros), com previsão de reajuste para Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros), aproximadamente.

Nada mais justo, portanto, que seu valor seja unificado para quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do salário-mínimo vigente.

Doispositivo tratando da matéria poderá ser inserido na Lei de Reajuste de Vencimentos que deverá ser remetida a esta Casa nos próximos dias.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N. 310/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública a "Ação Social Paroquial Bom Samaritano, Colinense", com sede e foro no Município de Nova América da Colina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26/11/85.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade Pública, vem destacando junto à comunidade do Município de Nova América da Colina.

Suas atividades vêm sendo desenvolvidas de acordo com as finalidades estatutárias com efetiva e notada atividade em prol da assistência social à comunidade de Nova América da Colina.

Entre seus objetivos encontramos: a) encaminhamento, triagem e orientação da pessoa economicamente carente; b) atuação junto às famílias carentes da cidade, através de cursos de educação de base; c)

trabalhar prevetivamente quanto ao favelamento; d) promover o ser humano através de técnicas de Promoção Humana, além de outras atividades.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual reguladora do instituto da utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 311/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º- Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI", com sede e foro no Município de Jesuitas.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido da solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos das crianças e das famílias, representando seus interesses perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns como: apoio à famílias e menores carentes; promoção de eventos que visem a educação, saúde, nutrição, saneamento; campanhas de estímulo ao aleitamento materno e de divulgação dos princípios básicos de crescimento e desenvolvimento da criança, etc.

A documentação que acompanha a nossa proposição justifica plenamente as exigências legais.

PROJETO DE LEI N. 312/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação de Defesa e Educação Ambiental de Toledo - ADEATO", com sede e Foro no Município de Toledo.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Defesa e Educação Ambiental de Toledo- ADEATO, foi fundada com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos e demais Associações, no sentido de solidariedade Social com a finalidade de proteger os direitos ambientais dos toledanos, bem como, representá-los perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres de Associações, citamos alguns; como projeções de filmes e palestras para a comunidade, publicações de jornais educativos, colaboração com as autoridades para solução de problemas de saneamento e de lixo no Município, instruções de agricultores para uso correto de agrotóxico, etc.

A documentação que acompanha nossa proposição justifica plenamente as exigências locais.

PROJETO DE LEI N. 313/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Filadelfia", com sede e foro no Município de Toledo.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Filadelfia, do Município de Toledo, foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos moradores daquela localidade perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns; como o apoio às famílias carentes, o desenvolvimento de atividades culturais e desportivas e promoção de atividades que visam a melhoria das condições de vida dos moradores.

A documentação que acompanha nossa proposição justifica plenamente as exigências legais.

PROJETO DE LEI N. 314/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública a "Sociedade de Estudos e Pesquisas Espíritas Vivenda de Luz", com sede e

foro no Município de Toledo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Estudos e Pesquisas Espíritas Vivenda de Luz de Toledo, foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais Associações com a finalidade de promover estudos que contribuam para o desenvolvimento de atividades artísticas, esportivas e filantrópicas.

A documentação que acompanha a nossa proposição justifica plenamente as exigências legais.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Squarezzi) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - (Lê): "Quem tem acompanhado pela imprensa, o desenrolar da novela em que vem se arrastando a escolha democrática do Livro Didático, pelos professores, deve estar achando que democracia é realmente uma coisa demorada e complicada.

Porém, se atentarmos melhor para o que está acontecendo, vamos cair na verdade sacramentada: aqui e ali os indícios vão despontando, levantando a cortina dos onipresentes interesses mesquinhos e das batalhas de bastidores. Ainda nem bem a idéia ganhou raízes, e já tem gente investindo pesado, acreditando que por detrás de uma idéia socialmente boa alguém pode levar uns trocados a mais.

O Programa Nacional do Livro Didático, criado a nível nacional, em 19 de agosto passado, mas já uma velha prática do Paraná, passa a proibir o Livro Descartável, introduzindo nas escolas públicas, o livro reutilizável. Por esta razão os novos livros passarão a ser editados com sistema especial de impressão, com capas duras, boa colagem e grampeamento. Seguindo a experiência paranaense de mais de dois anos, passam os professores a partir de agora, a escolher os Livros Didáticos a serem usados nas suas escolas. Seria inútil e maçante levantar aqui as vantagens do sistema: elas são sensíveis, além de serem um desejo antigo da comunidade escolar.

Para orientar a escolha dos professores, a Fundação de Assistência ao Estudante remeteu para as escolas o formulário "A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO", acompanhado do guia de Códigos dos 929 títulos disponíveis, para que cada professor assinalasse em espaço próprio, a sua escolha.

Só que antes da entrega destes guias da FAE, chegou às escolas o catálogo das editoras coligadas IBEP/NACIONAL gerando uma grande confusão entre os professores, que pensaram tratar-se do catálogo oficial. A má fé das editoras ficou perfeitamente configurada, ao imprimirem na capa do seu catálogo o símbolo da Nova República (a tarja verde e amarela) e o nome das duas Fundações - Fundação de Assistência ao Estudante e Fundação do Livro Didático. Tal engodo, ocasionou no nosso Estado uma injusta acusação de que a Secretaria de Educação estaria gastando dinheiro em publicidade dos livros até na televisão, quando essa matéria com todo o aspecto de oficiais eram de responsabilidade exclusiva das Editoras citadas.

Mas, pelo menos o que está percebendo é que as duas Editoras coligadas, acusadas de concorrência desleal e apropriação indebita, não irão ser grandemente afetadas. O que nos leva a acreditar nisto é o fato de que após alguns meses passados existe um pesado silêncio sobre o assunto. Além disto muito antes da polémica ter estourado a nível nacional, sobre as fraudes das Editoras, mais exatamente em 15 de agosto, já a nossa Secretária de Educação, Professora Gilda Poli, tinha encaminhado ao Superintendente da FAE a proposta de criação de um código de ética entre aquele órgão e as várias editoras que participam do Programa do Livro Didático, para coibir os eventuais abusos daquelas empresas. Apesar disto, o problema ocorreu, pois nada foi providenciado naquela ocasião.

Embora o Programa já não tenha começado bem, pois não estabelece um mínimo de vida útil para o Livro, parece-nos que o inconcebível está ainda para acontecer: comprometendo a finalidade social do Livro Didático não descartável, as Editoras estão vinculando o livro, a ser distribuído gratuitamente, a um caderno de atividades que necessita ser adquirido pelo aluno. Com isto, a FAE ao adquirir o livro da Editora para distribuir ao aluno, estará adquirindo meio-livro, pois a outra parte, o Caderno de atividades, o aluno tem que comprar. A dimensão do problema é extrema, se avaliarmos que na falta do caderno de Atividades, o livro-texto torna-se inútil; além de prejudicar a qualidade didática, pois resume ao máximo os conteúdos programáticos, prejudica o manuseio para o professor e aluno, haja vista que são dois livros de tamanho grande a serem usados simultaneamente. Por outro lado, estes livros de atividades violentam a política de direitos autorais, ao publicarem trechos incompletos ou com adaptações, de autores nacionais; além disto o Programa atingirá somente o 1.º grau, esquecendo ainda de estabelecer quais as escolas prioritárias

para o Programa.

A primeira reação contra a inclusão de Livros Didáticos gratuitos acoplados a cadernos de atividades a serem adquiridos, partiu de Curitiba, da Coordenadoria da Comissão Estadual do Livro, Professora Pura Bandeira, a qual considerou o Programa "ilusório" se vinculado a esse caderno, pois o Programa do Livro Didático pretende atingir principalmente as populações carentes.

Aliás, para que se tenha uma idéia do disparate deste caderno de exercício, os livros mais vendidos complementados por este tipo de caderno, onerariam em média cada estudante em cerca de Cr\$200.000 (duzentos mil cruzeiros).

A comunidade educacional precisa tomar conhecimento de mais este subterfúgio editorial. Buscando solucionar o problema do livro consumível, o Caderno de Atividades tornou-se uma excrecência, uma pseudo-economia, comprometendo mais ainda a qualidade do ensino e descaracterizando os objetivos sociais do Programa do Livro Didático."

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa registra, com satisfação a presença dos doutores Cleon Cordeiro Ribas, Nilton Stadler de Souza, Ervino Franco, Amauri Guérios, Roberto Machado Filho, Aloisio Antunes Júnior, Diogo Marconi Lucchesi e Antonio Carlos Lucchesi, Associados e Procuradores da Procuradoria Geral do Estado.

A Mesa consulta, não havendo mais oradores inscritos, às Lideranças Partidárias se pretendem utilizar-se desse horário. Inicialmente, a Liderança do PMDB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal, e com a palavra o Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente e Senhores Deputados (Lê):

"O Paraná está sofrendo com a falta de chuvas.

A agricultura de nosso Estado, principalmente, vive dias de incertezas e de grande perplexidade.

Algodão, milho, feijão, arroz e café - principais produtores de nossa lavoura - experimentam grandes perdas, deixando antever, desde já, tempos de escassez e de carestia.

Mas, se por um lado, o problema da falta de chuvas foge ao controle das nossas autoridades, de outro, não podemos deixar de registrar a pouca atenção por elas dispensada ao drama que atinge duramente os homens do campo.

Realmente, o Governo do Paraná só ontem parece que se deu conta de que o interior do Estado enfrenta uma de suas piores crises. Só ontem, depois dos protestos de prefeitos e dirigentes rurais, é que o senhor Governador se dispôs a conhecer de

perto toda a extensão da tragédia que se abateu sobre as regiões produtoras.

Até então, indiferente à situação da terra ardendo, das plantações morrendo ou dos milhares de bóias-frias inteiramente desamprados, o Governo do Estado permanecia inerte, limitando-se a esperar decisões da área federal, decisões que até aqui não passaram de promessas não cumpridas, conforme denúncias da imprensa.

Foi preciso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi preciso que Prefeitos viessem à Capital bradar contra a insensibilidade governamental! Foi preciso que Prefeitos e dirigentes ruralistas exigissem a presença das autoridades estaduais para que o Senhor Governador se decidisse a ir ver de perto todo o drama, toda a angústia, toda a miséria que se abatem sobre o nosso desvalido meio rural!

Foi preciso que mãos suplicantes se erguessem e que bocas famintas clamassem por atenção e ajuda para que o Senhor Governador, tão solícito em se atrelar à campanha de seu candidato à Prefeitura da Capital e em apresentá-lo às autoridades de Brasília, se deslocasse ao interior de nosso Estado, para ver, ele próprio, a gravidade da situação em nossas áreas de produção.

Foi preciso, sim, que a ameaça de uma convulsão social, pressentida por Prefeitos de muitos Municípios, se rizesse denunciada, para que o Senhor Governador fosse constatar, ele próprio, o desespero que toma conta de cem mil trabalhadores.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, não queremos nem precisamos nos aprofundar na descrição de um Quadro que toda a Imprensa Nacional vem destacando diariamente.

Mas, julgamos de nosso dever registrar, desta tribuna, a insensibilidade do Governo Estadual, que tem permanecido à margem e distante de tudo, preferindo, ao que parece, simplesmente aguardar que o próprio tempo se encarregue de solucionar os problemas que o campo enfrenta. Sim, porque aguardar o cumprimento de promessas da área Federal, no caso, talvez seja ainda pior que confiar em soluções da própria natureza.

Essa, exatamente essa é a razão das queixas e dos protestos de Prefeitos e de Lideranças Rurais contra a indiferença do Secretário da Agricultura e do próprio Governador do Estado.

Queixas que se justificam plenamente, quer pela tensão que domina o meio agrícola, quer pelos prejuízos já estimados em mais de um trilhão e meio de cruzeiros.

De um lado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não será a liberação agora anunciada, de alguns bilhões de cruzeiros que irá por fim à ameaça de invasões e saques a armazéns e casas comerciais.

Nem tampouco será com esses recursos que centenas e centenas de pequenos produtores irão saldar suas dívidas para com estabelecimentos de crédito.

Igualmente não será com conversa ou promessas que os agricultores farão frente às pragas que atacam as lavouras já castigadas pela seca.

É preciso muito mais que os dez bilhões anunciados pelo Senhor Governador. Já a Secretaria da Agricultura, em levantamento preliminar, havia concluído que as perdas chegavam a um trilhão e duzentos bilhões, enquanto o presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema calculava que a necessidade mínima para cobrir toda a região afetada, alcançava a casa de cento e quinze bilhões de cruzeiros.

A grande verdade é que o Paraná, não obstante as poucas chuvas que caíram nos últimos dias, enfrenta uma situação de calamidade pública. E, pasmem os senhores, o Governo do Estado pouco ou nada vinha fazendo, a não ser comodamente esperar pela liberação de oitenta e oito bilhões de cruzeiros, prometidos pelo Ministério do Interior!

Na verdade, Senhor Presidente, a hora não é própria para discussões acadêmicas, nem, muito menos, para a formulação de soluções inconseqüentes, tão ao gosto de técnicos e tecnocratas dominados por preocupações ideológicas, antes de mais nada.

Antes mesmo de questionar o modelo agrícola ou as distorções de uma situação reconhecidamente injusta, é necessário que os nossos governantes se dêem conta de que a situação é de emergência. Atender, de imediato, aos que têm fome e socorrer aos que ainda podem produzir, é o que se impõe, sem demora. As discussões e os questionamentos que fiquem para depois!

O que não podemos admitir é que, por falta de orientação, apoio e ajuda, os produtores caiam no desespero. E que, por absoluta falta de assistência, milhares de trabalhadores fiquem entregues à própria sorte, sobrevivendo à custa da caridade pública.

Assim, queremos, pois, deixar registrado o nosso protesto contra essa lamentável situação de abandono em que se encontra o nosso homem do campo, numa hora em que não só a natureza, mas sobretudo as nossas autoridades lhes negam qualquer amparo.

E, ao mesmo tempo, queremos fazer um apelo ao Governo do Estado, no sentido de que saia da inércia e procure socorrer, de maneira efetiva e imediata a nossa desalentada lavoura, estendendo a mão e socorrendo àqueles que clamam por ajuda e por justiça."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Con-

sulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa). Com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho afirmado muitas vezes nesta Casa, que o cidadão não mora no País, não mora no Estado, o cidadão mora no Município. Quando ele sai de casa pela manhã, ele gosta de ver a sua rua limpa, a coleta do lixo em dia, quando ele chega na primeira esquina ele quer ver o cruzamento sinalizado. Enfim, o cidadão exige do Poder Público Municipal tudo aquilo que ele tem direito, pela contribuição que ele paga, pela contribuição que ele dá do seu trabalho ao Município, à sua cidade. Por isso nós sempre nos revoltamos, estão aí os Anais para comprovar, com a Reforma Tributária de 1967, que outorgou ao Poder Central a parte do leão na arrecadação dos tributos. Deixando ao Município uma parcela ínfima, insuficiente para as suas mais prementes necessidades.

E não se diga que o Poder Central criou fundos de participação aos Estados e aos Municípios, não se diga que o Poder Central tomou a si o encargo na distribuição da renda o pública, porque esta é sempre feita parcimoniosamente, quando se trata de atender às justas e legítimas reivindicações dos Municípios brasileiros. Os nossos Prefeitos são, na realidade, administradores da miséria, são os eternos pedintes de chapéu na mão. São homens que não têm a independência nem política e nem administrativa do seu Município.

Quando ele não depende do Poder Central, quando ele não depende do Governo do Estado, ele se submete aos caprichos do Deputado da sua região, para obter o mínimo indispensável à sobrevivência do seu Município.

Faço essas justificativas, para declarar o voto que daria à Emenda n.17, que não sei porque saiu da pauta dos trabalhos do Poder Legislativo.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte e até diria mais. Os grandes centros hoje que nem Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel que são centros irradiadores de emprego, estão se inchando cada vez mais com a migração do homem do interior, daquele que não teve oportunidade dentro do seu Município. Lembro-me perfeitamente, como Vossa Excelência acabou de mencionar agora de que o Prefeito do interior lamentavelmente é um pedinte. E aquele que vai bater na porta do Governo do Estado, é aquele que vai bater na porta do Governo Federal. E quando lamentavelmente não encontra estas portas abertas, é obrigado a vir ao seu Deputado,

ou ao comando político da Região.

Esta Emenda n.17, que daria oportunidade a todos os administradores dos Municípios, principalmente dos pequenos Municípios, de não serem, de deixarem de ser pedintes, e de serem administradores, conforme a própria palavra fala, se vêm frustrados quando a Emenda que beneficiaria estes Municípios, por questões desconhecidas, sai da Ordem do Dia. Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência que corrobora com aquilo que afirmei há poucos instantes.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Para mim é uma decisão política muito difícil, porque todos sabem que os votos maiores das eleições que disputei, os obtive aqui em Curitiba. Município que perderá, ou perderia, com a Emenda n. 17, cerca de 85 bilhões de cruzeiros.

Recebemos apelos dos mais variados, no sentido de que votássemos contra a Emenda n.17; porque somos, na realidade, representante maior na nossa trajetória política do município de Curitiba.

Mas há instantes na vida do homem, já não falo do político, mas do em que ele tem que deixar os seus interesses pessoais ao lado e os interesses eleitorais são meramente pessoais, para se fixar no interesse maior da coletividade, daqueles que sofrem, daqueles que vêm a Curitiba, dos migrantes que vêm a Curitiba não porque querem, é para não morrer de fome em seus Municípios. Eles vêm em busca da alimentação para si, para seus familiares, porque o Município empobrecido, depauperado, não tem mais condições reais de oferecer a ninguém condições menos humilhantes de vida. É o que temos verificado na maioria dos Municípios paranaenses.

Este empobrecimento do homem do interior esta se acentuando cada vez mais de uma forma muito perigosa para a sobrevivência da própria Democracia; que é incipiente. Está aí como uma ilha, cercada de inimigos.

A Emenda de autoria do nobre Deputado Presidente desta Casa atenua, de uma certa forma, o drama dos Municípios menores. É verdade que ele só teria solução ideal com uma Reforma Tributária justa, onde se deixasse de lado os interesses políticos para pensar apenas na coletividade interiorana do País. Não apenas no Paraná, mas em todos os Estados, o drama é o mesmo. Porque o Poder Central arrecadou tudo e arrecada tudo para entregar nas mãos de tecnocratas inábeis, vaidosos, que enterraram esta Nação.

Há que se promover com urgência a Reforma Tributária neste País. Aliás, prometida pelos homens que hoje estão no Poder,

pelas bancadas majoritárias do Congresso Nacional. Lembro-me da campanha de Tancredo Neves, nos palanques das "diretas já", era o tema principal. A Constituinte e a Reforma Tributária, no bojo da própria Constituinte, que devolvesse ao Município o seu poder de tributar. Tributar as atividades essenciais que se desenvolvem dentro do território do próprio Município, para que o Prefeito tivesse independência, para que o Prefeito realmente pudesse atender as aspirações mais legítimas do povo que o elegeu:

No entanto, se fez cair o pano do esquecimento sobre a Reforma Tributária, uma reforma que não servia para nada: que o Poder Central não vai pagar ninguém.

O que se precisa fazer é a reforma no ato de recolher o dinheiro do imposto, do tributo. Não deve jamais ser recolhido aos cofres da União, aos cofres de quem tem direito dos Município, Estados e finalmente a União. Transferindo à União serviços essenciais ao encargo dos Municípios de então, como educação, saúde. Mas, a renda ser feita dentro do Município, o Município que produziu aquela renda.

A Emenda 17 amenizava a questão, não era uma solução. Mas, nós vimos a sensibilidade do Presidente da Casa ao subscrevê-la e apresentá-la à consideração dos Senhores Deputados.

Não vou entrar no mérito de quem determinou a retirada da pauta dos trabalhos da Assembléia Legislativa. Não sei se o governo teria condições de atender o que preconizava a Emenda 17, não sei, não estou a par das finanças do Estado.

Não sei se houve ingerência política de Deputados que se sentem prejudicados como seria meu caso; eu votaria favoravelmente como voto favoravelmente a Emenda 17, embora eu tenha contra mim então, politicamente, o descontentamento do povo de Curitiba.

Mas, eu vejo aqui ao lado de Curitiba o Prefeito Busato, Prefeito de Tamandaré, meu amigo. Vejo as dificuldades que aquele homem tem para administrar uma cidade dormitório sem o mínimo de arrecadação própria, vivendo de chapéu na ação de Secretaria em Secretaria, de Ministério em Ministério, quando é um Município riquíssimo que produz suficientemente para a manutenção da administração pública municipal.

Entretanto, devido as falhas da legislação tributária o Prefeito Busato veio ao meu gabinete pessoalmente pedindo que eu votasse favoravelmente à Emenda.

Outros Prefeitos de Municípios menores, menores ainda que Tamandaré, mas com encargos talvez, idênticos aos de Tamandaré. Também fizeram um apelo, é neste instante que o homem público tem que fazer a opção pelo bem público, pelo bem da maioria ao seu interesse pessoal e político-eleito-

ral.

É a opção que faço, neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de votar pela aprovação da Emenda n.17 quando ela retornar à pauta dos trabalhos legislativos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Consulta à liderança do PDT se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Vossa Excelência dá como esgotado o tempo do PDS?

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Não. Efetivamente restam 5 minutos. Com a palavra o Senhor Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Recordo-me neste instante quando Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, alguns meses atrás recebia da CELEPAR o levantamento que mandava fazer com relação a distribuição da alíquota do ICM em função do tamanho e do número de habitantes dos Municípios do Estado do Paraná.

E naquela ocasião nós nos encontrávamos na Presidência da Assembleia Legislativa e o Deputado Nilso Sguarezi com o levantamento nas mãos e de primeira mão, nos convidava para ver como seria se acaso apresentasse uma emenda para modificação da distribuição do ICM no Estado do Paraná. E, pedia-me, na ocasião, inclusive sigilo, pelo que nos estava mostrando, e eu disse a ele: "Permita-me verificar como é que ficariam estas posições". E, é claro que o primeiro Município que nós fomos verificar, na listagem que acabava de chegar na Assembleia Legislativa, era o município de Curitiba, do qual nós possuímos mais de 50% dos votos que nos trouxeram à Assembleia Legislativa.

E naquela ocasião, nós verificamos que os grandes Municípios do Paraná seriam atingidos pela emenda diminuindo a sua participação na alíquota do Estado, em contrapartida, a grande maioria dos Municípios paranaenses, os chamados Municípios pobres teriam vantagem, alguns até de duplicarem o valor de recebimento de ICM do seu Município.

Já, naquela ocasião, dizia também o Presidente da Assembleia Legislativa, que pretendia apresentar esta modificação da aplicação do ICM, no Paraná, para beneficiar os pequenos Municípios e nos pedia, antecipadamente, o nosso apoio. E eu digo, aqui nesta Casa, Senhores Deputados, em alto e bom som, que antes mesmo da Emenda ser apresentada, nós já tínhamos

assumido o compromisso com o autor desta emenda, de, juntamente com ele, votarmos favoravelmente, mas, justifico, porque, já na ocasião o nosso apoio. Em 1973, quando iniciávamos a nossa carreira política, como Vereador junto à Câmara Municipal de Curitiba, na ocasião, então, Presidente da Associação dos Vereadores do Paraná, hoje o atual Prefeito, Geraldo Cartário, de Mandirituba, conseguia um Congresso Nacional dos Vereadores, na cidade de Manaus, e nós, naquela ocasião, fomos convidados a discutir a reformulação tributária, fazendo com que tirássemos aquela condição que ainda existe até hoje, do Prefeito ser o mais humilde pedinte, nas portas do Palácio Iguazu e do Palácio do Planalto, porque me recordo perfeitamente, e como hoje, que Jaime Lerner, Saul Raiz, e hoje, Maurício Fruet, está em Brasília, batendo nas portas dos Ministérios, da Caixa Econômica e dos outros órgãos, pedindo um auxílio para as obras a serem feitas na nossa Capital. Se nós tivéssemos conseguido o apoio, já em 1973, da reformulação tributária, tenho certeza, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos, que nenhum dos Senhores precisaria estar aqui, hoje, para votarmos uma emenda principiante de privilégios e todos nós, poderíamos contar com a riqueza dos nossos Municípios já mais de 10 anos, e com a riqueza dos nossos Municípios que são eles a riqueza do Município, do Estado e do País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Consulta a Liderança do PDT se deseja utilizar de seu Horário.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Imprensa do meu Paraná.

toda a Bancada dos Vereadores do PMDB. No momento em que nós precisamos, em que necessitamos, em que é preciso botar a mão na consciência, em defender os pequenos, que era a égide, que era o "slogan" da Bancada do PMDB, defender os pequenos Municípios, porque eles precisam de amparo, nós lembramos, sem o peculiar interesse próprio: "Dai lenitivo e consolo aos que padecem".

Os nossos municípios de menor estrutura, de menor envergadura e de menor receita, estão a necessitar que a emenda do Presidente Nilso Sguarezi, sabiamente posta, seja defendida; e, no momento em que os grandes estão a claudicar; no momento em que a grande Bancada vitoriosa está a claudicar, deveríamos dar uma satisfação àqueles Municípios de porte pequeno.

Qual seria, Senhor Presidente, a postura desta Assembleia Legislativa ao votar contra a Emenda Nilso Sguarezi? Qual seria

a nossa posição de políticos que buscamos nas águas, que buscamos nas pequenas comunas, o voto onde o Município atende à assistência social? Onde, digamos, Joaquim Távora, comparada com Curitiba, com Ponta Grossa, com Londrina, onde a arrecadação não tem temo de comparação?

Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta Assembléia tem a obrigação moral de votar, Senhor Presidente, na Emenda Nilso Sguarezzi; tem a obrigação, o respeito pelas pequenas comunas, porque, se assim não fora, nós estaríamos voltando as costas para as principais comunas que dão a todo este País, ao País que, sob a égide de Santa Cruz, vem sofrendo, Senhor Presidente, as agruras.

Como pode, Senhor Presidente, ter alguém contra essa emenda? Como pode, Senhor Presidente, como pode, imprensa do meu Paraná, os grandes engolirem os pequenos?

Hoje, a manchete no "O Estado do Paraná" é "RACHA NO PMDB" e eu não entendi, porque no meu pensamento de perdedor de eleição, achei que todo o PMDB, num bloco monolítico, Senhor Presidente, estaria a favor dos humildes, dos pequenos municípios.

Não quero generalizar, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Governo do Presidente José Sarney, tem sido salvo de um desgaste maior perante a opinião pública brasileira, quando coloca em debate no Congresso Nacional assuntos que inegavelmente interessam à grande maioria da população brasileira: Constituinte, Reforma Agrária, Reforma Tributária e outros problemas.

O tempo vai passando, o rim de ano chegando, e um fracasso e uma incompetência total do Governo do Presidente José Sarney, para colocar o Brasil naquele caminho da ordem, no caminho do progresso, não no caminho do desemprego, da criminalidade, não no caminho da inflação, que é hoje uma inflação assustadora.

A cada dia que passa, o trabalhador vai pegando mais medo de colocar os pés num supermercado, porque a cada semana, a cada nova compra que ele vai fazer, os preços estão remarcados; e o próprio Governo da Nova República vem e dá uma justificativa através da Rede Globo de Televisão, através do economista econômico Joelson Betting, dizendo que a inflação deste ano, não é problema do Presidente José Sarney; que o Presidente vai lavar as mãos e só vai cuidar da inflação do ano que vem, porque neste ano, ele está gover-

nando o Brasil com um orçamento que não foi elaborado por ele.

Ora, se o Presidente Sarney entende que o fracasso atual do Governo da Nova República é devido ao orçamento que não foi elaborado pela sua equipe, ele também não deveria estar na Presidência da República; e a gente vê, que o próprio Governo, através da Presidência da República, tem estimulado o aumento do custo de vida.

A conta de água, que subia três vezes por ano, passou a subir todo o mês; telefone, que subia três vezes por ano, sobe de tarifa a cada trinta dias; eletrodoméstico sobre em média 25 a 30%, ao mês; petróleo e seus derivados, que o Governo passou o mel na boca do povo, iludindo o povo, que ia conter a alta do petróleo, agora, o Governo está reajustando o petróleo, com índice acima da inflação.

A conta da luz, Senhor Presidente, subiu neste mês 14%, e o Governo vem comunicar, para tristeza do povo brasileiro, que daqui para a frente a tarifa de energia elétrica será corrigida acima da inflação. Quer dizer, neste ano, o Governo que o povo tanto desejou e tanto esperou, tanto saudou a sua chegada, o Governo da Nova República, esse Governo já aumentou a tarifa de energia elétrica da família brasileira em 260%. Roupas e sapatos, 245%; remédios 258%; a carne subiu 271%, e já estão comentando que, logo, logo, no Brasil, se o Governo não tomar jeito, a carne não mais será vendida em açougue, e nem em supermercado, ela será vendida na farmácia, porque carne no Brasil vai virar remédio.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Um dos cavalos de batalha das eleições de 1982, aqui no Paraná, foi a construção de Itaipu. Foi um dos grandes cavalos de batalha de quem hoje está no Governo. Para quê Itaipu se vão alagar terras férteis? O Brasil não precisa de energia; esse ano já houveram dois "black-outs"; e este Governo que está instalado aí, falou em gastos de cinco anos energéticos, de distribuição de energia.

E Vossa Excelência mesmo está dizendo aí, como nós sabemos: de janeiro em diante, a luz vai subir acima da inflação. Então Itaipu que foi cavalo de batalha para eleger esse Governo que está aí, agora vai ser nosso cavalo de batalha, para tentarmos passar por cima do Governo.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito Obrigado, Deputado Donato Gulin, mas lembrar o BNH da Nova República que antes subia 90% ao ano, a Nova República festejada pelo povo, aumentou a prestação da casa própria em 246%, para quem mudou o contrato de

anual para semestral e para quem optou por um contrato de reajuste semestral, vai dar mais de 300% de reajuste na casa própria. O salário-mínimo implantado, de Cr\$600.000 segundo a Fundação Getúlio Vargas para ser um salário real, para que o brasileiro possa sustentar duas bocas, o trabalhador teria que ganhar, não um salário de Cr\$600.000, mas um salário de Cr\$1.830.000. Portanto, está aí um dado fornecido pela Fundação Getúlio Vargas. Não é o salário de Cr\$600.000 o real, o necessário, o mínimo, o mínimo que o trabalhador precisa é ganhar, para o sustento de duas pessoas, é de Cr\$1.830.000.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Os dados de Vossa Excelência não condizem exatamente com a realidade do momento que se vive. Vossa Excelência fala do salário do trabalhador. Esquece Vossa Excelência que foi seu antigo Partido, o que dava sustentação ao regime que induziu 80% do INPC do reajuste do trabalhador brasileiro e que por isso mesmo, achatou o trabalho, achatou o alário do trabalhador, de forma irrecuperável, a curto espaço de tempo. A Nova República, no primeiro ato, deu INPC integral, e o Governo do Paraná, antes mesmo do Governo da Nova República já o dava, com recuperação salarial. Haja vista, nobre Deputado, que pela primeira vez nesta Nação, bem ou mal, atingindo os índices limitados ou não favoráveis ou não, do salário, é a primeira vez que o trabalhador brasileiro consegue uma reposição salarial nas suas classes; consegue dialogar abertamente com os patrões; consegue através dos seus sindicatos, que não são mais amordaçados, que não existe mais lei contrariando, fazer o seu contacto direto e conseguir as suas reposições; isso também é obra da Nova República, que no Governo que Vossa Excelência participava não permitia e cortou o INPC a 80% para o trabalhador e que nos cabe agora na Nova República recuperar.

Por outra sorte, Vossa Excelência está esquecendo que também após a Nova República aumentou o índice de emprego positivo nesta Nação, coisa que não acontecia pela falta de retomada interna do desenvolvimento nacional. Esquecem Vossas Excelências que a questão da energia...

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Vossa Excelência permite um aparte? É um bom discurso, Vossa Excelência poderia usar um outro horário.

O Sr. Caíto Quintana - Não, eu estou contestando alguns dados que Vossa Excelência está dando, porque na própria Itaipu nós estamos pagando o preço da administração que construiu essa Itaipu numa bar-

baridade contra a economia nacional, injetando recurso nacional, para beneficiar o País do Paraguai, aliás irmão, na época, de filosofia e de forma de Governo, do regime que tínhamos no País.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito Obrigado.

Gostaria de lembrar que na Nova República, cheia de erros, o BNH subia 90%; na Nova República, 246%. Eu gostaria de lembrar...

(Aparte não compreensível) Senhor Presidente, eu estou com a palavra.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Só para dizer ao aparteante anterior, que eles vão ficar agora 21 anos chorando, dizendo que foi a Velha República; então a Nova vai lembrar mais 21?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito bem. Daqui há pouco, é aquele velho ditado, vão jogar a culpa em Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil. Vai lembrar que quem participou é muito bem do Governo passado, é o Líder do PMDB que era um membro ativo da ARENA e que participou muito do Governo. Eu nunca tive participação alguma. Eu nunca ocupei, nunca fui beneficiado por nenhum cargo.

O Sr. Caíto Quintana - Aliás ao sabor das conveniências, mudou de três partidos em dois anos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, eu estou com a palavra.

Senhor Presidente, a nossa expectativa, o nosso desejo é que o Presidente Sarney consiga conter a alta do custo de vida. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a inclusão na pauta dos trabalhos legislativos da Casa, do Projeto de Lei n. 195/85, aprovado em re-

gime de urgência na sessão do dia 07 do corrente mês. Inclua-se na Ordem do Dia, digo na Pauta.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 151/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLORADO, com sede e foro no Município de Colorado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 154/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA- APAE, com sede e foro em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 157/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 139/85), que objetiva autorizar ao Poder Executivo subscrever aumento de Capital da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, mediante a integralização pela incorporação de uma área de terreno com 3.000,00 m², a ser desmembrada de um todo maior, de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 161/85, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA, com sede e foro no Município de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 172/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Amélia o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo terreno de 635,50 m², constituindo a data n. 7 da quadra "O", constante da transcrição n. 6.879 de 26.10.67, da circunscrição do registro de Imóveis da Comarca da Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 176/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA- A.P.M.I., com sede e foro no Município de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁ-

VEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 186/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMPO DO TENENTE, com sede e foro em Campo do Tenente. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 190/85, de autoria do Deputado LUIZ A. DE OLIVEIRA, que fica instituída a meia-entrada nos cinemas do Estado a todos os estudantes e adota normas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 196/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 198/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AIGOS DO DISTRITO DE LUZ MARINA, com sede e foro no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 225/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DETETIVES E INVESTIGADORES CRIMINAIS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ- ADICEP, com sede e foro na Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Emenda: Aprovada. Projeto: Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 219/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 165/84), objetivando alterar a redação do Artigo 27, da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar providências com vistas a estabelecer condições para implantação, através do ITC, do "Plano de Colonização para fins de "Concessão de Uso" em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e da C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 07 (sete) de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE N. 01 AO
PROJETO DE LEI N. 219/84

O "Caput" do Art. 2.º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º - O Estado do Paraná, mediante autorização do Poder Legislativo, poderá deixar de promover a incorporação de terras devolutas ao patrimônio do ITC quando assim for de interesse público, indenizando conforme o caso, as benfeitorias e acessões de boa fé.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Djalma de Almeida César, Caíto Quintana, Artagão Mattos Leão.

EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE N. 02

O "Caput" do art. 14, passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 - As pessoas jurídicas da administração estadual poderão, mediante autorização do Poder Legislativo, transferir ao patrimônio do Estado imóveis rurais, com a destinação específica para concessão de uso.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: Antônio Annibelli, Tadeu Lúcio Machado, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Artagão Mattos Leão.

EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE N. 03

O "Caput" do art. 13, passa a ter a seguinte redação:

Art. 13 - Os imóveis de domínio do Estado do Paraná, suscetíveis de exploração agrícola, poderão, mediante autorização do Poder Legislativo, ser destinados a Plano Especial de Colonização para concessão de uso.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: Antônio Annibelli, Tadeu Lúcio Machado, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Artagão Mattos Leão.

EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE N. 04

Acrescente-se ao Art. 17, os seguintes parágrafos:

PARÁGRAFO ÚNICO - O Convênio de que trata este artigo deverá, antes de sua assinatura, ser submetido à apreciação do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: Antônio Annibelli, Tadeu Lúcio

Machado, Caíto Quintana, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE
PLENÁRIO DE N. 05

O Parágrafo 1.º do Art. 5.º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 5.º -

Parágrafo 1.º - Os títulos de concessão de uso serão assinados pelo Governador do Estado, pelo Presidente do ITC e pelo Secretário da Agricultura, devendo conter a qualificação completa do beneficiário, área, confrontações e individualizações necessárias, bem como as condições da concessão.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoio: Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida César.

EMENDA DE PLENÁRIO
DE N. 06

Acrescente-se ao Art. 11, os seguintes itens:

Art. 11 -

VI - Os que direta ou indiretamente estiverem incumbidos da sua guarda e administração do imóvel, nos termos do Art. 25, desta Lei.

VII - Os que direta ou indiretamente tiverem participação na elaboração e execução de projetos ou programas de regularização e colonização, nos termos do Art. 25 desta Lei.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: Antônio Annibelli, Tadeu Lúcio Machado, Caíto Quintana, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César.

EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE N. 07

Acrescente-se ao Art. 11, o seguinte item:

Art. 11 -

V - parentes, até segundo grau, de funcionários de órgãos ligados direta ou indiretamente ao Plano Especial de Colonização referida no Art. 11, desta Lei.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1985

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Artagão Mattos Leão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Aprovado.

Em votação a Emenda de n. 01- Aproveada.
 Em votação a Emenda de n. 02- Aproveada.
 Em votação a Emenda de n. 03- Aproveada.
 Em votação a Emenda de n. 04- Aproveada.
 Em votação a Emenda de n. 05- Aproveada.
 Em votação a Emenda de n. 06- Aproveada.
 Em votação a Emenda de n. 07- Aproveada.
 O projeto irá à 4.^a Discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 261/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO e OUTROS, que dá nova redação ao Parágrafo 1.^o do Art. 5.^o da Lei n. 6.639, de 05.12.74, introduzido pela Lei n. 7.771, de 13.12.83, na forma que especifica e dá outras providências. (Será computada para todos os efeitos legais, pela FERPA, o tempo máximo de 4 anos). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR.GABRIEL MANOEL- (Pela Ordem)- Senhor Presidente, para discutir o projeto.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre o projeto há emendas dos Senhores Deputados Ezequias Losso e Tadeu Lúcio Machado, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
 PROJETO DE LEI N. 261/84

Art.1.^o- A requerimento do Deputado Estadual, da Legislatura em curso, será computado para todos os efeitos legais, pelo Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, o tempo máximo de 4 (quatro) anos, desde que sem qualquer cumulação de prazo anterior e que recolha as contribuições mensais devidas fixadas em 14% (quatorze) na base dos subsídios fixos mais variáveis percebidos pelo Deputado Estadual por ocasião do recolhimento.

§ 1.^o- O Conselho Deliberativo disporá sobre o prazo e forma para o cumprimento do parágrafo anterior.

Art.2.^o- A legislação do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar "FEPPA", somente poderá ser alterada através de proposição aprovada por 2/3 (dois terços) dos Deputados, após parecer técnico atuarial do Feppa.

Art.3.^o- O artigo 4.^o da Lei n. 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Somente terá direito a aposentadoria o associado que houver feito 96 (noventa e seis) contribuições mensais e sucessivas para o Fundo, correspondente aos 8 (oito)

anos imediatamente anteriores à concessão do benefício".

Art.4.^o - Ao associado que tenha requerido a contagem de tempo nos termos do § 1.^o do art. 5.^o da Lei 7771/83 ou do art. 1.^o desta Lei será assegurado o direito a aposentadoria desde que prove o recolhimento de 96 (noventa e seis) contribuições ao Fundo.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, respeitados os direitos adquiridos e revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985

(aa) EZEQUIAS LOSSO

TADEU LÚCIO MACHADO.

Apoiamto: Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Djalma de Almeida César, Orlando Pesuti, 01 ilegível.

O SR.GABRIEL MANOEL - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o nobre Deputado Gabriel Manoel para discutir, projeto e emenda.

O SR.GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência poderia me encaminhar o projeto para discutir?

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui, o que consta, Senhor Presidente, em que pese a minha amizade, meu respeito pelos Senhores Deputados, mas nós, neste momento, em que zelamos por um patrimônio, o maior patrimônio que nós temos, embora firamos a sensibilidade, Senhor Presidente, de companheiros amigos e dedicados, nós estamos ferindo uma regra, para que esta Assembléia desça dos parâmetros dentro do complexo normativo de um País como o Brasil, que procura neste momento, sair da Velha República e entrar na Nova, que é um pouco pior!

Senhor presidente, nós no momento nos posicionamos contra esta anomalia, que se não fora imoral, é amoral!

Senhor Presidente, não cabe a nós legislarmos em causa própria; nós que de cabelos encanecidos, vamos colocar à execração pública, a confiança que o povo tem nesta Assembléia Legislativa. Nós queremos bem, nós gostamos de nossos Pares, mas não é possível, Senhor Presidente, Senhor Secretário Anibal Khury, que toda a Assembléia Legislativa seja posta à execração pública, numa votação imoral, Senhor Presidente, onde nós procuramos, como num passe de magia, acertar essa emenda que não traz benefício e que há de levar o Fundo- FEPPA, à sua insolvência, porque não é possível nós pagarmos 20 anos, 14 anos, 18 anos e 12 anos de Fundo para uma garantia do futuro dos Parlamentares que, num direito adquirido tiveram, sob um sacrifício, de pagar a sua contribuição!

Num passe de magia nós nos colocamos contra!

Falaram tantas coisas do ilustre Paulo Malluf; o que não de falar dessa Comissão, que nós respeitamos, Senhor Presidente, se isto for aprovado?

Esta Legislatura, Senhor Presidente, de 4 anos, que dignifica os Senhores Deputados?

Mas, num passe de magia, Senhor Presidente, a Frente Liberal, o PDS, o PDT, e o grande Partido vencedor não podem sair arranhados, porque é uma ofensa, é uma traição ao povo, Senhor Presidente, e é por isso que nós, ao pagarmos a contribuição de 24 anos, não vamos admitir este malabarismo, Senhor Presidente. Podemos perder, podemos, até, perdermos esta parada, mas, se nossos companheiros da Frente Liberal votarem a favor desta anomalia, nós, ricaremos envergonhados e não podemos olhar para os nossos filhos.

Doa em quem doer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, povo do meu Paraná! Nós sabemos que não pode, nós sabemos que é a decretação do FEPPA. Nós sabemos que para proteger, Senhor Presidente, companheiros que nós amamos, não podemos decretar a falência de uma instituição como foi decretada a falência de três bancos. É o respeito a esta Casa, Senhor Presidente. Sei que não estou sendo simpático, sei que estou sendo antipático, mas, guerra é guerra, Lei é Lei, Senhor Presidente. Nós haveremos de protestar contra essa barbárie que se procura impingir contra a Assembléia Legislativa, a nossa execução pública e a decretação da falência, como dizia a escritora Carraro: "A decretação das elites".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Projeto de Lei 261/84, de autoria do nosso preclaro e ínclito companheiro de bancada, Artagão Mattos Leão, na verdade eu poderia situá-lo como imoral.

A classe política brasileira ao longo dos últimos 21 anos de regime militar, sofreu um desgaste, para não dizer uma total desmoralização por interesses maiores daqueles que desgovernaram esse País. E quando na Nova República lutamos para reabilitar, para resgatar a credibilidade da classe política, não podemos, de forma alguma, concordar com esse projeto de lei. Projeto que reduz a aposentadoria do Deputado de 8 anos para 4 anos. Em todo o Brasil é padrão que o Deputado após contribuir com 96 meses, ele tem a sua aposentadoria proporcional. Mas reduzir de 96 me-

ses para 48 meses ou apenas um mandato, é inconcebível, Senhores Deputados. Nós temos problemas mais sérios neste Estado a tratar do que legislar em causa própria, então nos posicionamos frontalmente contrários a esse projeto de lei que reduz de dois mandatos para um ano de mandato, para se contar a partir daí proporcionalmente à aposentadoria do Deputado. Há coisas mais sérias para se tratar neste Estado, Senhores Deputados!

Era isso, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Gostaria de pedir a retirada do Projeto 261/84, de minha autoria, por 2 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita ao Senhor Deputado que faça o encaminhamento por escrito.

(Pausa).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada por 02 (duas) Sessões, o Projeto de Lei n. 261/84. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 261/84, por 02 (duas) Sessões.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 384/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Des. JAMES PORTUGAL MACEDO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 46/85, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Paranavaí, Escola Técnico-Agrícola em nível de segundo grau, que receberá o nome do "Colégio Técnico-Agrícola Heitor Alencar Furtado". Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.E. por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 78/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MOREIRA SALES, com sede em Moreira Sales e foro no município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 84/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETTO, diretor presidente da Legião da Boa Vontade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.114/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.108/85) Anteprojeto de Lei autorizando o Poder Executivo a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do município de Laranjeiras do Sul, os lotes de terrenos que especifica, doados ao Estado pelo referido Município, conforme transcrição n.5596, do Livro 3-H, do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.125/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL DIOCESANA "BOM SAMARITANO" PROCOPENSE, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.132/85, de autoria do Poder EXECUTIVO (Mensagem n.130/85) que objetiva autorizar doação, ao município de Coronel Vivida, da data de terreno n.4, da Quadra n.6, com área de 1.400,00m², situada na sede do referido Município, com as edificações nela existentes, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.148/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública o SERRA CLUBE CIDADE SORRISO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.184/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.154/85) que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Especial, ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, até o valor de Cr\$2.000.000.000 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.207/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CECÍLIO DO REGO ALMEIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.241/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.173/85), que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA da C.C.J., por unanimidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., ao Projeto e a

EMENDA DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 30/09/85, Mensagem).

OK COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 241/85

Artigo Único - Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... - Aos ocupantes dos cargos da carreira de Procurador do Estado será computado, para todos os efeitos legais, o tempo de inscrição no respectivo órgão de classe, até o limite de 10 (dez) anos, desde que não acumulados com o exercício de qualquer outra função pública."

Sala das Comissões, em 08/10/85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

Apoiamento: Mário Pereira, Ivan Gubert, Edmar Luiz Costa, Djalma de Almeida César, Nestor Baptista, Ezequias Losso e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A justiça do pleito decorre de seu só enunciado: Tempo de advocacia em favor do advogado!

O reconhecimento desse direito natural, através de arejado, construtivo e benéfico dispositivo incluído no Projeto de Lei Complementar do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, iniciativa do Poder Executivo, traduz mais do que justiça, a necessária correção de imperdoável e grave omissão, já que o advogado, em seu ministério privado presta, reconhecidamente, serviço relevante, como elemento indispensável à administração da justiça, consoante ressalta o artigo 68, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei Federal n.4215, de 27/04/63).

Mais ainda, leis complementares à Constituição Federal como soem ser, "verbi gratia", as Leis Orgânicas da Magistratura e do Ministério Público, já definiram a excepcionalidade desse tempo e da sua natureza, admitindo-o como firme e valioso à aposentadoria no serviço público.

Veja-se, outrossim, que não se cuida, em concreto, de redução do tempo de aposentadoria, mas sim e efetivamente de justo critério de contagem de efetivo tempo de serviço, o que é bem diferente, tanto mais quando além da eliminação de tempo ficto, a lei veda a sua contagem paralela.

Logo, "data venia", sobre se ter por não aplicável no caso, o óbice aparente do Art.103, da Constituição Federal, cuja redação além de não primar pela clareza e originar-se de norma emanada de regime de excepcionalidade, já superado pelo restabelecimento do democrático de direito, a rigor, a sua aplicação extremada, em sentido que parece-nos nem mesmo ter, esbarcaria, de qualquer maneira, nos postulados maiores da autonomia estadual e da isono-

mia.

Realmente, observe-se que, na espécie em exame, efetivamente, a eventual limitação já estaria superada pela edição de lei complementar federal, de iniciativa do Presidente da República que, se de um lado, não pode ter a aplicação isonômica a nível judicial, de outro, pode ser indubitavelmente estendida por disposição do Poder Legislativo, principalmente por lei emanada da vontade soberana do Poder Executivo, devida e livremente votada pela Assembléia Legislativa (Arts.13, inciso V e § 1.º e 153, § 1.º, da Lei Maior).

Finalmente, não se pode perder de vista que a analisada restrição é tão mais importante e aparente quando, tanto a nível federal, quanto a estadual, inúmeras são as leis deferindo contagens de tempo menos felizes, a ponto de estabelecer até mesmo a vigente reciprocidade entre os serviços públicos e privado, acervos, férias em dobro, etc.

Estes, portanto, os motivos que nos levam a apresentar a presente Emenda, à qual esperamos o devido acatamento e aprovação por parte dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 241/85

PARECER:

A Mensagem Governamental n.173/85, encaminhada à consideração desta Casa, o Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional, temos que, nos termos constitucionais (arts.25, § 1.º, b, e 47,I, da Constituição Estadual) - a iniciativa do processo legislativo em matérias desta natureza é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

De acordo com a Emenda Constitucional n.23, que alterou o preceito constitucional do art.59, a Procuradoria Geral do Estado passou a ser órgão auxiliar do Governador, com finalidade de representar judicial e extrajudicialmente e exercer as funções de Consultoria Jurídica do Poder Executivo, inclusive suas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Diante dessas novas atribuições e encargos é mister que se estabeleça nova estrutura Administrativa para esse órgão, que atenda a complexidade das novas responsabilidades que lhe foram atribuídas, e se adaptem dentro de uma estrutura compatível.

É com essa finalidade que o Chefe do Poder Executivo apresenta o presente Plano de Lei Complementar, para que a Procuradoria Geral do Estado, detenha uma estrutura orgânica adaptada às suas reais finalida-

des estabelecidas pela Emenda Constitucional n.23.

O Projeto de forma original não atende, contudo, antiga e justa reivindicação dos dignos procuradores, no que se refere à contagem de tempo, para todos os efeitos legais, de exercício da advocacia, computado com base na inscrição no respectivo órgão de classe.

Legal e constitucionalmente a matéria não encontra qualquer óbice que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação, com a emenda apresentada em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.241/85

PARECER:

SÚMULA: Dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.173/85, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável com emenda do Relator, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, restrita a análise da parte financeira da matéria constatamos que o aumento de despesa decorrente encontra-se devidamente justificado, sendo de se presumir que o Erário Público encontra-se em condições de suportar mais esta despesa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça, recomendando a aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 07/11/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.241/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.173/85, dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando o presente plano de lei em tramitação, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação, com emenda do relator, pleiteando contagem de tempo, para todos os efeitos legais, de exercício da advocacia, computado com base na

inscrição no respectivo órgão de classe.

Merecendo também, parecer favorável da Comissão de Finanças.

Portanto, no âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que, de acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, na Mensagem n.137/85 que encaminha o projeto à apreciação desta Casa, a Proposição visa atender os altos interesses da Administração e se aprovado dotará a Procuradoria Geral do Estado, de uma instrumentação legal capaz de atender suas reais necessidades.

O projeto está devidamente justificado, e portanto em condições de ser apreciado por esta Casa com Emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

(aa) PÉRICLES PACHECO - Presidente;

ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.242/85, do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.177/85, que objetiva acrescentar parágrafo 3.^o, ao artigo 49, da Lei n.5849, de 25/09/68. (Estatuto do Ministério Público do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.242/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.^o - O art.49, da Lei n.5849, de 25 de setembro de 1968, fica acrescido do § 3.^o, com a seguinte redação:

"§ 3.^o - Fica assegurado o direito de opção aos Promotores de Justiça da mesma comarca para preenchimento de vaga nela ocorrida, se o manifestarem no prazo de oito (8) dias, a contar do ato que lhe deu causa, ou de ato declaratório da vacância por morte do titular, respeitada a ordem de antiguidade na comarca".

Art.2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/09/85.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.242/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem 177/85, objetiva acrescentar Parágrafo 3.^o, ao art.49, da Lei n.5849, de 25/09/68. (Estatuto do Ministério Público do Paraná). Que passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 3.^o - Fica assegurado o direito de opção aos Promotores de Justiça da mesma Comarca,

para preenchimento de vaga nela ocorrida, se o manifestarem no prazo de oito (08) dias, a contar do ato que lhe deu causa, ou de ato declaratório da vacância por morte do titular, respeitada a ordem de antiguidade na comarca".

Conforme justifica a Mensagem, tal medida visa assegurar aos Promotores de Justiça o direito de opção para preenchimento de vagas ocorridas na comarca que atuam, respeitando a ordem de antiguidade.

O projeto é justo e oportuno e no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Somos pela sua total aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06/11/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.242/85

PARECER:

A Mensagem Governamental 177/85, encaminha o Projeto de Lei Complementar n.242/85, objetivando acrescentar § 3.^o ao Art.49, da Lei n.5.849, de 25/09/68 - que dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre os aspectos relacionados aos recursos humanos, temos que, de acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, a inserção do aludido parágrafo 3.^o ao Art.49, da Lei n.5.849, atende aos interesses da Classe dos Promotores de Justiça do Estado e irá adaptar ao Estatuto do Ministério Público Estadual nome já consagrado para a Magistratura, estabelecida em legislação federal.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

(aa) PÉRICLES PACHECO - Presidente;

ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.199/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 92, de 12/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado SABINO CAMPOS tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro no município de Toledo.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria Lei n.6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.200/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 92, de 12/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.200/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE, com sede e foro no município de Toledo - PR.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.6994, de 10.01.78 - com exceção da Certidão do Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

No entanto, queremos crer que a falha fica suprida pela existência de protocolado no verso da fl. 06 do Plano de Lei em questão, não existindo, portanto, óbices à sua tramitação normal por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
NESTOR BAPTISTA - Relator.

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.201/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORMOSA DO OESTE, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE UR-

GÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 92, de 12/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.201/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Sabino Campos, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORMOSA DO OESTE.

A Proposição está devidamente justificada conforme estabelece o Regimento Interno desta Casa.

Analisando-se o projeto, através da documentação ao mesmo inserida, não encontramos condições legais de enquadrar tal entidade (Organização Sindical) nos requisitos previstos pela legislação estadual, reguladora do instituto da utilidade pública, já que a mesma pelos seus Estatutos Sociais contraria o que dispõe a Lei 6.994.

Nestas condições o nosso parecer é contrário, opinando-se pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.203/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PRÉ-SINDICAL DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 92, de 12/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.203/85

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PRÉ-SINDICAL DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS DE TOLEDO.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Augusta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06/11/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.213/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.174/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Centenário do Sul,

área de terras medindo 10.440,00m², destacada do lote n.111, Gleba 2, situada na Colônia Centenário, com benfeitorias, objeto de transcrição n.9745 de 12/09/60, do Livro 3-H, fls.245, do Cartório do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 96, de 23/09/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.213/85

PARECER:

Através da Mensagem Governamental n.174/85, o Poder Executivo pretende a doação do imóvel constituído de uma área de terras medindo 10.440,00m², destacada do lote n.111, da gleba 2, situada na Colônia Centenário, do município de Centenário do Sul, com as benfeitorias nela existentes, ao Município acima referido, objeto da transcrição n. de ordem 9.745, de 12/09/60, do Livro 3-H, fls.245, do Cartório de Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos, da Comarca de Jaguapitã.

Convencidos, plenamente, da conveniência da iniciativa, pela justificativa anexa, e verificando que não existe impedimento constitucional ou legal a concretização da mesma, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.220/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIAÇU - APAE, com sede e foro no município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 96, de 23/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.220/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado MÁRIO PEREIRA, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIAÇU - APAE, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n.6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão

pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.226/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao município de Jataizinho, os lotes datas n.10 e 12 da quadra 14; lote n.09 da quadra 14; e lotes datas n.01, 03, 05, 07, 09 e 11 da quadra 15 todos da zona urbana de Jataizinho, de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 97, de 24/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.226/85

PARECER:

O nobre Deputado Hermas Brandão, através de Projeto de Lei que leva o número 226/85, propõe autorização do Poder Executivo no sentido de reverter ao município de Jataizinho imóveis de propriedade do Estado.

Convencidos pela justificativa anexa, e não havendo óbice constitucional ou legal, somos pela aprovação da presente matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.230/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de 01 (um) salário mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho e sem condições econômicas de sobrevivências e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 98, de 25/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.230/85

PARECER:

O plano de lei em tela de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a conceder Pensão Mensal aos portadores de Hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho e sem condições econômicas de sobrevivência, em valor que estabelece, e dá outras providências.

A matéria está devidamente justificada, conforme estabelece o Regimento Interno, e as razões que levam o seu autor a propor tal medida nos convence da sua justiça.

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não vemos razão para que o plano de lei em exame não possa ter a sua tramitação normal por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.233/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina de RODOVIA PREFEITO MISDEI MORESCHI a Rodovia PR-546, que interliga os municípios de Floresta/Itambé e Bom Sucesso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 30/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.233/85

PARECER:

De autoria do Deputado Ferrari Júnior, o presente plano de lei visa denominar de "Rodovia Prefeito Misdei Moreschi" a Rodovia PR-546, que interliga os municípios de Floresta e Itambé a Bom Sucesso, neste Estado.

Atendendo a presente iniciativa aos preceitos constitucionais e legais, cremos não haver óbices à sua normal tramitação, razão pela qual somos FAVORÁVEL a aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
NESTOR BAPTISTA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.236/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e FIORI LUIZ, que denomina RODOVIA FRANCISCO DELIBERADOR, a estrada que liga Ibiporã - Sertãoópolis, PR-090. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 30/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.236/85

PARECER:

O nobre Deputado Fiori Luiz apresenta Projeto de Lei que denomina RODOVIA FRANCISCO DELIBERADOR, a estrada que liga os municípios de Ibiporã e Sertãoópolis.

Analisando a proposição, verifica-se que a iniciativa não fere dispositivo constitucional ou legal.

Assim sendo, e convencidos da justiça da homenagem através da justificativa que acompanha a matéria, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06/11/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.237/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.176/85), que objetiva criar mais 6 (seis) cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.R.H., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 30/09/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.237/85

PARECER:

1 - O ilustre Governador do Estado envia mensagem à esta Casa Legislativa, propondo a criação de 6 (seis) Cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, os quais serão providos na forma da lei.

2 - Na justificativa que acompanha a mensagem, o Primeiro Mandatário do Estado ressalta que, atualmente, existem tão somente 26 (vinte e seis) Procuradores de Justiça, número esse desproporcional ao de Desembargadores e Juizes do Tribunal de Alçada, fato esse que, por si só, acarreta um grande acúmulo de serviço.

3 - Ademais, com o recente advento da Lei n.7.347, de 24/07/85, que confere ao Ministério Público a defesa dos "interesses difusos", ou seja, a propositura e fiscalização da ação cível indenizatório por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, maior ainda será o volume de serviço a cargo da Procuradoria Geral da Justiça, tornando assim quase impossível aos atuais Procuradores atenderem com a necessária rapidez e atenção os processos a seus encargos.

4 - Ressalta ainda o Governador do Estado, que a Lei Complementar Federal n.40, de 14/12/81 (Lei Orgânica do Ministério Público), veio impedir que os seus agentes de inferior instância (Promotores e Curadores) possam atuar na instância superior. Anteriormente à essa proibição legal, era comum a convocação de Promotores de Primeira instância para suprirem as necessidades do serviço no nível superior, possibilitando assim maior celeridade processual.

5 - Não há dúvida, portanto, a respeito da constitucionalidade e oportunidade do presente plano de lei, que tem por finalidade precípua diminuir a sobrecarga de processos na superior instância, permitindo maior agilização na prestação jurisdicional do Estado.

6 - Na verdade, é louvável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo, já que a

medida proposta contribuirá decisivamente para a melhor distribuição da justiça no Paraná.

7 - Face ao exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
IVAN GUBERT - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 237/85.

SÚMULA: Cria 6 (seis) Cargos de Procurador de Justiça.

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.176/85, tem por objetivo, criar no Quadro da Procuradoria Geral da Justiça, 6 (seis) Cargos de Procurador de Justiça.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, Deputado Ivan Gubert, ofereceu parecer favorável.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro do projeto, observamos, que não consta do texto do anteprojeto o suporte financeiro para despesas decorrentes da criação dos cargos acima, sendo de se presumir que estas despesas encontram-se previstas no Orçamento da Procuradoria Geral da Justiça.

Nestas condições e considerando a justificativa que acompanha a mensagem, nosso parecer é FAVORÁVEL, recomendando-se sua aprovação, pelo Douto Plenário.

Sala das Comissões, em 07/11/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N. 237/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.176/85, o projeto de lei em exame pretende criar na Procuradoria da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 6 (seis) cargos de Procurador da Justiça, que serão preenchidos na forma da lei.

Objeto de apreciação por parte das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, mereceu das mesmas o necessário parecer favorável.

De acordo com a justificativa do Poder Executivo, "a medida consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e encontra justificativa na grande sobrecarga de serviços a que estão sujeitos os atuais 26 procuradores".

Reveja-se, assim, que a matéria obedece ao anseio da sociedade de uma justiça mais ágil e que atenda com maior precisão aos interesses do cidadão.

Por esta razão, manifestamos o nosso

parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

(aa) PÉRICLES PACHECO - Presidente;
FERRARI JÚNIOR - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.239/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.183/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar terreno com área de 3.659,16m², no município de Paulo Frontin, por outro lado do domínio do município de Paulo Frontin, com área de 5.167,51m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 30/09/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.239/85

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade do Estado por outro de domínio do Município de Paulo Frontin, conforme especifica.

De acordo com a justificativa apresentada, através da Mensagem n. 183/85, que encaminhou a matéria a apreciação desta Casa, tal permuta irá atender plenamente aos interesses da administração Estadual.

Legal e constitucional a matéria não encontra qualquer impedimento que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
TRAJANO BASTOS
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 240/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 185/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Piên, de terreno e benfeitorias nele existentes, situado à rua L, na sede da Municipalidade, objeto de Transcrição n. 368, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Public. no D.A. n.100, de 30.09.85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 240/85

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, pela Mensagem n. 185/85, o presente plano de lei objetiva autorizar, "ad referendum"

desta Assembléia, a doação ao Município de Piên de um terreno, bem como às benfeitorias neles existentes, localizadas à Rua L, na sede da Municipalidade, objeto da transcrição n. 368, às fls. 116 do Livro 3-A do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro, que destinar-se-á a construção de prédio que obrigará as instalações da sede do executivo municipal.

Temos que a matéria em questão obedeceu os princípios constitucionais, não ferindo qualquer dispositivo de ordem legal, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE à sua tramitação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
NESTOR BAPTISTA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 247/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n. 101, de 01.10.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 247/85

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 264/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a

"ASSOCIAÇÃO SANCARLENSE DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL" - ASPE, com sede e foro no Município de São Carlos do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Public. no. D.A. 112, de 21/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 264/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado BASÍLIO ZANUSSO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO SANCARLENSE DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL - ASPE, com sede e foro no Município de São Carlos do Ivaí.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
EDMAR LUIZ COSTA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a PASTORAL DE RESPONSÁVEL PELAS VILAS MESSIAS E ANTÔNIO, esta ligada à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com sede no Município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n. 112, de 21.10.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 278/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado FERRARI JÚNIOR, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a PASTORAL DE BAIRROS RESPONSÁVEL PELAS VILAS MESSIAS E ANTÔNIO, com sede e foro no Município de Marialva.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou ilegal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
ODENI MONGRUEL
Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor Geral do DER, visando seja colocada uma linha de ônibus no trajeto dos Municípios de Ponta Grossa - Amparo - Tibagi e Telêmaco Borba - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lydia Heneberg Fanchin, ocorrido no dia 25 de novembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Antônio de Godoy, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano, no Município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Hellvig, ocorrido no dia 17 de novembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zamusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ortiz, ocorrido no dia 18 de novembro do corrente ano, no Município de Guairacá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Prof. Maria Genebra P. Guidolin, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando regime de urgência e Inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei n. 38/83, 40/85 e 104/85. Aprovado. À Diretoria legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente,

solicitando regime de urgência e Inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Resolução ns. 125, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 136 e 137/85. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 153/85, que autoriza a realização de plebiscito na área pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar à sua população visando a criação do Município de Corumbataí do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Providência, encarecendo a construção de um hospital no Município de Campo Mourão. Aprovado.. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao projeto de Lei n. 114/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 108/85) - Ante-Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Laranjeiras do Sul, os lotes de terreno que especifica, doados ao Estado pelo referido Município, conforme transcrição n. 5596, do Livro 3-H, do Cartório de Registro da Comarca de Laranjeiras do Sul, e que já tem Parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça deste Poder. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Responsável do DSTC - Departamento de Serviços e Transporte Comercial, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a fixação de novos pontos de embarque de passageiros às margens da rodovia 317, no trecho entre os Municípios de Engenheiro Beltrão e Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido do asfaltamento da estrada que serve de ligação dos Municípios de Goioerê e Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de Congratulações pela passagem do 30.º aniversário de emancipação política e administrativa do Município

de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do INAMPS do Paraná, por intermédio do Ministério da Previdência, visando estudos para implantação de uma agência desse Instituto, no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga os Municípios de Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a RADIPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, solicitando revisão e melhoria dos equipamentos geradores de imagens de TV no Município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, visando a unificação do valor do salário família pago aos servidores públicos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a instalação de uma Escola de Ens. de 1.º Grau, no Jardim Los Angeles, Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao casal Maria Margarida de Souza Góis e João Fernando Góis, pelo trabalho que vem sendo realizado pelo Conselho Londrinense de Assistência à Mulher - CLAM, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 5.º aniversário da Rádio "Lagoa Dourada" FM, no Município de

Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado contendo apelo para que os níveis de vencimentos do funcionalismo estadual a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1986 sejam reajustados em 120%. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura policial com xadrez, para atender a população no Município de Inácio Martins. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução da ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os Municípios de Quedas do Iguaçu e Dois Vizinhos na PR 473. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo ligação asfáltica do Município de Dois Vizinhos a Nova Prata passando por Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 96/85

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 219/84.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 384/84, 46, 78, 84, 114, 125, 132, 148, 184 e 207/85.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n. 241 e 242/85, e dos Projetos de Lei n. 199, 200, 201, 203, 213, 220, 226, 230, 233, 236, 237, 239, 240, 247, 264 e 270/85.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 68, 124 e 273/85 e dos Projetos de Resolução n. 153/85.

Levanta-se a sessão.